

Ministério do Meio Ambiente
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

**METODOLOGIA PARA A
SISTEMATIZAÇÃO DOS
RESULTADOS DA CONSULTA DOS
TEMAS PRIORITÁRIOS PARA A
PAUTA DO CNRH 2011**

Junho, 2011

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, órgão colegiado da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com as alterações da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, regulamentado pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, integra o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, na qualidade de órgão consultivo e deliberativo. O CNRH tem como uma de suas competências principais estabelecer diretrizes complementares para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, a aplicação dos seus instrumentos de gestão e a atuação do SINGREH.

Com o objetivo de identificar os temas estratégicos a serem priorizados para o ano de 2011, a Secretaria Executiva do CNRH realizou junto aos seus conselheiros consulta para a identificação desses temas e posterior priorização no âmbito do Plenário.

Foram recebidos cerca de 90 temas, que constaram do item 4 da pauta da XXX Reunião Extraordinária do CNRH, realizada em 16 de dezembro de 2010, não apreciados considerando que a análise dos temas anteriores se estendeu muito. Como foram muitos os temas apresentados pelos conselheiros, acordou-se que seria oportuno realizar uma oficina de trabalho durante a primeira plenária do CNRH, em 2011, de maneira que fosse criada uma oportunidade de se discutir em plenário quais eram considerados os mais estratégicos para aquele período.

Com isto, a Secretaria Executiva propôs uma metodologia de avaliação com a intenção de proporcionar uma dinâmica que possibilite ao plenário do CNRH convergir e priorizar os temas para 2011, elegendo aqueles que realmente tenham a importância estratégica para o avanço na implementação da Política, do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e seus instrumentos de gestão.

1. METODOLOGIA

Esta metodologia objetiva auxiliar a condução dos trabalhos de hierarquização dos temas a partir da definição de uma planilha de priorização temática e de um sistema de atribuição de pontos de acordo com o nível de importância de um desses temas a partir da percepção de cada um dos conselheiros, seguida de uma deliberação final em reunião plenária. O processo de seleção dos temas prioritários envolveu as seguintes fases:

Fase 1 – Consulta espontânea aos conselheiros quanto as demandas para o CNRH, em 2011, realizada a partir do Ofício-circular nº 96/2010/CNRH/MMA, 27 de outubro de 2010. No intuito de subsidiar tais indicações, foram realizados levantamento junto às CT quanto aos temas concluídos, em desenvolvimento ou não abordados, sugeridos para os anos de 2009 e 2010 respectivamente, o qual foi consolidado e encaminhado anexado. As sugestões foram encaminhadas no formulário próprio anexo, para o e-mail sec.exectiva@cnrh.gov.br, até o dia 29 de novembro de 2010, contendo a definição do tema, justificativa de escolha, sua relação com os programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos e a indicação da Câmara Técnica afeta. Considerando que alguns dos temas priorizados para 2009 e 2010 ainda se encontravam em discussão, sugeriu-se que fossem apresentados somente temas que não tivessem sido analisados. Ressaltou-se ainda que a demanda referente à priorização de temas para a composição da pauta do CNRH foi indicada durante a *Oficina 10 Anos do CNRH – Desafios e Proposições para a Melhoria do seu Funcionamento*, ocorrida em dezembro de 2008;

Fase 2 – Consolidação de cerca de 90 temas resultados da consulta pela Secretaria Executiva, agrupamento dos temas segundo a semelhança entre eles e proposição de metodologia de análise baseada no método GUT, utilizado para priorizar demandas, com aplicabilidade quando o usuário dispõe de uma lista de atividades a realizar. Na etapa de definição de metodologia foram ainda definidos filtros que possibilitassem ao Plenário do CNRH realizar uma análise e ponderação quanto à importância estratégica dos temas encaminhados. Cabe ressaltar que para o Plenário do CNRH ter a dimensão total dos temas, foram incluídos no final da planilha consolidada (e sinalizados para facilitar a identificação) os temas já priorizados em 2009/2010.

Fase 3 – Consulta aos conselheiros para pontuação das demandas recebidas, baseado no método GUT, realizado por meio de e-mail de 24 de fevereiro de 2011. Em função do cancelamento da reunião plenária do CNRH em maio, o prazo foi prorrogado para 22 de março de 2011;

Fase 4 – Os dados colhidos com a pesquisa realizada foram tabulados e tratados pela Secretaria Executiva do CNRH. Registra-se que foram encaminhadas 20 planilhas pelos conselheiros respondidas com a pontuação. Esta metodologia relaciona os novos temas encaminhados fora do prazo por dois outros conselheiros. Em 13 de junho de 2011 foi realizada, conforme Regimento Interno do CNRH, a convocação para XXXI Reunião Extraordinária Plenária do CNRH para a Oficina de Trabalho contendo os dados consolidados em uma planilha e este documento relatando o processo e a metodologia de análise;

Fase 5 – Análise pelo Plenário, durante a XXXI Reunião Extraordinária Plenária do CNRH, dos resultados consolidados pela Secretaria Executiva e deliberação final.

1.1 Descrição dos Filtros utilizados na Fase 3

- **Tipo de deliberação (resolução ou moção)** – considerou-se como temas aqueles que resultam em resolução, diretamente relacionados às competências legais do CNRH, definidas pela Lei nº 9.433, de 1997. Já os correlatos, são temas, que em princípio não são de competência legal do CNRH, mas que necessitam de apoio ou posicionamento deste Conselho para o seu encaminhamento em outra esfera, sendo considerados como possíveis pautas para moção.

- **Urgência legal** - surge da necessidade de regulamentar a legislação que tem prazos formalmente estabelecidos para que seja efetuado, com é o caso da Política Nacional de Segurança de Barragens.

- **Situação do tema no CNRH** - objetiva assegurar a continuidade das discussões quanto aos temas em curso no âmbito das Câmaras Técnicas, com isto foi atribuído maior pesos para tais temas.

- **Nível estratégico** - destinado a receber a avaliação e pontuação pelos conselheiros quanto ao nível estratégico da demanda apresentada no sentido de fortalecer a Política Nacional de Recursos Hídricos, o SINGREH e a aplicação dos seus instrumentos, atribuindo pesos maiores para os temas que seriam considerados mais estratégicos pelos conselheiros.

- **Gravidade** - destinado a receber a avaliação e pontuação pelos conselheiros quanto à gravidade, ou seja, os problemas ou prejuízos decorrentes de uma não atuação são graves? Deve se considerar a intensidade, profundidade dos danos que o problema pode causar se não se atuar sobre ele. Tais danos podem ser avaliados quantitativa ou qualitativamente.

- **Urgência** - destinado a receber a avaliação e pontuação pelos conselheiros quanto à urgência da atividade, ou seja, quão rápido deve ser atendida a demanda? Necessita de ação imediata? Deve-se considerar o tempo para a eclosão dos danos ou resultados indesejáveis se não se atuar sobre o problema.

- **Tendência** - destinado a receber a avaliação e pontuação pelos conselheiros quanto à tendência do problema, ou seja, se nada for feito, o que acontece? Deve-se considerar o desenvolvimento que o problema terá na ausência de uma ação direta.

1.2 Pesos e graduação dos valores

O método utilizado consistiu em valorar cada demanda conforme o seu Nível Estratégico, Gravidade, Urgência e Tendência. É uma ferramenta usada para definir prioridades frente a diversas alternativas de ação. Esta ferramenta responde racionalmente às seguintes questões:

- O que devemos fazer primeiro?
- Por onde devemos começar?

A técnica baseia-se em listar uma série de demandas a serem contempladas, no caso são as demandas internas do CNRH para 2011, e atribuir os graus quanto ao seu nível estratégico gravidade, urgência e tendência.

Para cada uma das demandas apresentadas considerou-se uma escala de valores que vai de 1 a 5.

Essa ferramenta pode ser aplicada individualmente, mas o resultado é melhor quando um grupo de pessoas a executa, já que possibilitou um aprimoramento nos valores obtidos por consenso. A ferramenta utilizou de um formulário, no qual constou:

- Demanda: denominação resumida da atividade, do problema ou desafio a enfrentar;
- Nível estratégico: coluna destinada a definir o grau de importância estratégica que a demanda tem para o fortalecimento da Política, do SINGREH e dos seus instrumentos de gestão;
- Gravidade: coluna destinada a receber a avaliação e pontuação quanto à gravidade;
- Urgência: coluna destinada a receber a avaliação e pontuação quanto à urgência da atividade;
- Tendência: coluna destinada a receber a avaliação e pontuação quanto à tendência do problema
- Resultado: coluna que contém o produto das avaliações G, U e T.

A planilha foi usada, para estabelecer prioridades de agenda do CNRH, respondendo à pergunta: Por onde devo começar? Se não houvesse uma priorização adequada das atividades, as mesmas tenderiam a ser orientadas geralmente pela urgência delas ou pelo interesse particular de alguns e isso poderia constituir uma grave falha de planejamento. Essa ferramenta possibilitou

que seu usuário formasse uma visão ampla do que precisa ser realizado e, com isso orientar a ação do Conselho.

NIVEL ESTRATÉGICO: considerou a importância estratégica da demanda apontada para o fortalecimento da política, do SINGREH ou dos instrumentos de gestão.

- 1 - sem relevância
- 2 - pouco estratégico
- 3 - estratégico
- 4 - muito estratégico
- 5 - extremamente estratégico

GRAVIDADE: considerou a intensidade ou profundidade dos danos que o problema pode causar se não se atuar sobre ele. Tais danos podem ser avaliados quantitativa ou qualitativamente.

- 1- dano mínimo
- 2 – dano leve
- 3 – dano regular
- 4 – grande dano
- 5 – dano gravíssimo

URGÊNCIA: considerou tempo para a eclosão de danos ou resultados indesejáveis se não se atuar sobre o problema. O período de tempo também foi considerado numa escala de 1 a 5:

- 1 – longuíssimo prazo (dois ou mais anos)
- 2 – longo prazo (um ano)
- 3 – prazo médio (seis meses)
- 4 – curto prazo (3 meses)
- 5 – imediatamente (está ocorrendo)

TENDÊNCIA: considerou o desenvolvimento que o problema terá na ausência de ação. A tendência também foi definida numa escala de 1 a 5:

- 1 – desaparece
- 2 – reduz-se ligeiramente
- 3 – permanece
- 4 – aumenta
- 5 – piora muito

Todos os temas encaminhados foram sistematizados em uma planilha e agrupados de maneira que aqueles que se reportassem a assuntos semelhantes ficassem em um mesmo item, tendo sido incluídos também os temas apresentados e não priorizados pelo Plenário do CNRH em 2009/2010.

Como todos foram relacionados, a Secretaria Executiva identificou alguns deles que por sua natureza já eram considerados prioritários e que, portanto, não teriam necessidade de serem pontuados, por já serem priorizados automaticamente, seja pela urgência legal (prazos estabelecidos pela legislação) ou pelo fato de já estarem sendo discutidos nas Câmaras Técnicas.

Para melhor priorizar os temas, foram definidas tipologias / grupos de temas conforme seguem:

- **Grupo 1:** com 45 propostas relacionadas principalmente aos Instrumentos de Gestão, sendo eles distribuídos em: Planos de Recurso Hídricos (14 propostas), outorga de direito de uso dos recursos hídricos (5 propostas), enquadramento de corpos d'água em classes segundo os seus usos preponderantes (4 propostas), cobrança pelo uso dos recursos hídricos (10 propostas), educação ambiental (7 propostas) e ciência e tecnologia (5 propostas);
- **Grupo 2:** com 21 propostas relacionadas à Gestão e Governança (são os temas relacionados a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e arranjos institucionais, além dos aspectos gerenciais);
- **Grupo 3:** com 5 propostas relacionadas às Águas Subterrâneas (grupo criado no intuito de reforçar a não-dissociação da gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e reforçar a necessidade de se avançar nas discussões de gestão de águas subterrâneas);
- **Grupo 4:** com 7 propostas relacionadas às questões de cunho Administrativo (são as rotinas, serviços burocráticos sobre o acompanhamento, controle e supervisão da Secretaria Executiva do CNRH).

Consolidados e agrupados os temas na planilha específica e definida a metodologia de priorização inicial, tanto a planilha quanto a metodologia foram encaminhados mais uma vez aos conselheiros para conhecimento e julgamento, solicitando que pontuassem os temas de acordo com a escala apresentada e considerando importância de cada um dos temas para o seu segmento e devolvesse a Secretaria Executiva para a realização da tabulação.

Com isso, a partir da manifestação dos conselheiros, foram tabulados os resultados e consolidados na planilha constante do ANEXO I, onde se observa uma priorização inicial a ser discutida em Plenário.

É válido destacar que alguns conselheiros, após iniciada a dinâmica de pontuação, nos encaminharam novos temas a serem inseridos no processo de consulta, não sendo possível, portanto, que a Secretaria Executiva incluísse tais temas e realizasse nova consulta. Desta forma, entendeu-se que o plenário do CNRH é soberano para admitir novos temas e com isso decidir quanto a sua pertinência ou não no rol dos temas priorizados para 2011. Ressalta-se que os temas se entram relacionados no Anexo II deste documento.

2. COMPATIBILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Em 24 de fevereiro de 2011, foi enviado aos conselheiros a consulta inicial a ser respondida até o dia 10 de março de 2011, porém em decorrência do adiamento, da realização da próxima reunião plenária do CNRH, no dia 16 de março de 2011, a Secretaria Executiva enviou um novo e-mail prorrogando o prazo até o dia 22 de março de 2011. Foram recebidas 20

respostas dos conselheiros, além de 2 manifestações com novos temas, que são as constantes no Anexo II, mencionados no item anterior.

De posse dos resultados enviados pelos conselheiros e a partir do agrupamento apresentado, a Secretaria Executiva do CNRH sistematizou os resultados obtidos a partir da média aritmética dos pontos atribuídos a cada tema pelos conselheiros.

Considerando a priorização inicial feita pela Secretaria Executiva do CNRH, bem como as médias obtidas por cada um dos temas, sistematizadas numa planilha em ordem decrescente de priorização (em relação à média), de acordo com cada agrupamento, resultando na planilha apresentada em Anexo I.

3. DINÂMICA DA PLENÁRIA

A dinâmica de discussão deverá seguir os critérios gerais a serem adotados para a Oficina, assim como o Programa de Trabalho específico, conforme se segue abaixo.

3.1 Critérios gerais a serem adotados para a Oficina

O processo de priorização em Plenária será conduzido por um moderador, que utilizará como base a orientação das discussões, a planilha de priorização consolidada pelo CNRH e enviada, antecipadamente, aos conselheiros;

Deverão participar os conselheiros titulares e suplentes no exercício da titularidade, conforme o Regimento Interno;

Em cada manifestação, o conselheiro deverá se ater a no máximo 3 minutos em função do tempo exíguo disponível, seguindo a ordem de inscrição, coordenada pelo moderador;

Para fins de esclarecimentos e complementações de informações, o conselheiro poderá passar a palavra para algum participante que esteja acompanhando a reunião, sendo definido o máximo 3 minutos para tal manifestação, devendo todos se ater, exclusivamente, sobre o assunto em discussão;

Durante a Oficina, para otimização de tempo, serão apresentados inicialmente: a metodologia utilizada, os resultados obtidos a partir da votação dos conselheiros e procedimento para condução da discussão na Plenária;

Em relação às discordâncias, deverá ser observado que:

- Não serão aceitas propostas para suprimir temas;
- Poderão ser aceitas propostas para complementar o tema;
- Após consenso da Plenária, serão definidos os temas prioritários para o ano de 2011, podendo ser possível a extensão desse prazo até junho ou dezembro de 2012, conforme entendimento do plenário.

O primeiro momento será de apresentação do histórico, metodologia adotada e resultados apurados pela Secretaria Executiva;

Em seguida serão apresentadas as regras para condução da Oficina e acordadas com os conselheiros, após dúvidas e esclarecimentos;

Na sequência, deverá ser definido pelos conselheiros a aceitação ou não dos temas encaminhados extemporaneamente, com a concessão de um tempo de 3 minutos para que cada

um dos proponentes possam apresentar suas justificativas quanto ao não cumprimento dos prazos definidos e a importância estratégica de se inserir estes temas na ocasião;

A partir daí, teremos duas alternativas:

- **Positiva** - Caso a Plenária se posicione pela aceitação da classificação das novas proposições: serão disponibilizados 15 minutos para que cada conselheiro possa atribuir pesos aos temas propostos, já distribuídos numa nova planilha. Em seguida, membros da Secretaria executiva recolhem as planilhas preenchidas e simultaneamente será feito um intervalo para o café e para a sistematização dos resultados pela Secretaria Executiva. Finalmente, serão apresentados os resultados apurados por grupos temáticos, seguida de discussão no sentido de identificar alguma discrepância;

- **Negativa:** Caso a Plenária não aceite inserção e classificação de novas propostas, a moderadora apresenta os resultados apurados por grupos temáticos, seguida de discussão no sentido de identificar alguma discrepância e discutir procedimentos para inserção de novas propostas a partir deste processo de priorização;

Nos dois casos será disponibilizado tempo para análise e discussão plenária, o moderador conduzirá o plenário para a decisão final quanto aos temas apresentados na planilha sistematizada por grupos temáticos, seguido de deliberação quanto a prioridade apresentada;

Finalmente, a Secretaria Executiva sugere os seguintes encaminhamentos para os resultados finais obtidos com a realização da Oficina de Trabalho durante a Plenária:

- Realização de reunião da Secretaria Executiva do CNRH, coordenada pelo seu Secretário, com os presidentes de Câmaras Técnicas para a entrega dos temas e discussão inicial da estratégia a ser adotada no âmbito de cada uma delas;

- Definição dos Planos de Trabalho de cada uma das Câmaras Técnicas pelos seus membros na primeira reunião subsequente incorporando os temas encaminhados, definindo cronograma de ação e estratégia para abordagem de cada um dos temas.

No intuito de que os trabalhos transcorram conforme planejado, e considerando a realização da XXV Reunião Ordinária do CNRH para o início da tarde do mesmo dia, contamos com a colaboração e compreensão de todos os participantes no cumprimento dos horários e do tempo de 3 minutos definido para as intervenções, contribuindo assim para assegurar maior efetividade aos resultados esperados.

A expectativa da Secretaria Executiva é que seja possível de potencializar e convergir para a definição das matérias prioritárias que passam a integrar a pauta do CNRH no próximo período.

3.2 Programa de Trabalho

Abertura da Reunião

1. Apresentação Secretaria Executiva:

- 1.1 – Histórico das discussões;
- 1.2 – Metodologia utilizada;
- 1.3 – Resultado / consolidação dos temas apresentados.

2. Apresentação dos critérios gerais a serem adotados para a Oficina;

3. Consulta ao Plenário quanto ao entendimento geral;

4. Prazo de validade da consulta realizada:

- 4.1 – Possibilidade de ampliação até junho de 2012.

5. Decisão plenária sobre os temas encaminhados fora do prazo:

- 5.1 – Defesa dos 2 conselheiros interessados, justificando o motivo de ter sido encaminhado fora do prazo e a relevância do tema para o CNRH;

- 5.2 – Decisão do Plenário quanto à pertinência ou não da nova inclusão;

- 5.3 – Alternativas de encaminhamento:

- Positiva: 15 minutos para atribuir peso aos temas já distribuídos na Planilha, recolhimento das planilhas preenchidas, intervalo para café e sistematização dos resultados pela Secretaria Executiva, apresentação dos resultados apurados por grupos temáticos;
- Negativa: Apresentação dos resultados apurados por temas seguida de discussão no sentido de identificar alguma discrepância e discutir procedimentos para inserção de novas propostas à partir deste processo de priorização;

6. Decisão plenária sobre os temas apresentados na planilha sistematizada por grupos;

7. Encaminhamento dos resultados finais da Plenária;

- 7.1 – Reunião da Secretaria Executiva do CNRH com os presidentes de Câmaras Técnicas para a entrega dos temas;

- 7.2 – Definição dos Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas pelos seus membros na primeira reunião subsequente.

ANEXO I

Consolidação da Pesquisa sobre os Temas Prioritários 2011/ Pontuação para Hierarquização

Item	Temas	MÉDIA
Plano		
1	Detalhamento do Programa 9, do PNRH, aprovado pelo CNRH – Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, incluindo as Áreas Úmidas. Acompanhamento do processo de aprovação e implementação pela Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira -CTCOST.	P
2	Plano Nacional de Recursos Hídricos: resolução de deliberação do CNRH e periodicidade das revisões.	P
3	Integração do PNRH com o PLANSAB, tendo como base de planejamento a Bacia Hidrográfica.	P
4	Revisão da Resolução nº 17 do CNRH, que estabelece diretrizes básicas para elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.	P
5	Qualificar os mecanismos de articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários.	17,850
6	Relação entre os Planos de Recursos Hídricos: Nacional, Estadual, de Bacias (União e Afluentes).	16,850
7	Articulação entre planos de recursos hídricos: diretrizes.	16,700
8	Definição de critérios para Planos de Recursos Hídricos de Regiões Hidrográficas.	16,100
9	Planos de Recursos Hídricos para bacias/regiões hidrográficas interestaduais estratégicas, onde não existam Comitês de Bacia que abranjam a totalidade dessas áreas.	16,050
10	Diretiva Quadro Brasil das Águas, estabelecer diretrizes e metas para o alcance da qualidade e quantidade de água no Brasil.	15,750
11	Integração com políticas setoriais e usos múltiplos da água.	14,450
12	Integração da Política de Recursos Hídricos com outras Políticas Públicas (por exemplo, Saneamento etc.).	13,450
13	Avaliar e desenvolver estratégias para consolidação de modelos de adequação da PNRH para as regiões Norte e Semi-árida.	10,650
14	Revisão da Resolução CNRH nº 109, Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União - UGRH e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia.	7,600
Outorga		
1	Cobrança mais efetiva do CNRH quanto à universalização de cadastro de usuários de recursos hídricos.	P
2	Proposta de resolução que “Dispõe sobre procedimentos gerais para manifestação prévia e outorga de direito de uso de recursos hídricos para fins de disposição de efluentes líquidos provenientes de sistemas de drenagem urbana em corpos de água superficiais.”	14,950
3	Proposta de resolução que dispõe sobre diretrizes de outorga de direito de uso de recursos hídricos para projetos de irrigação.	14,750
4	Resolução sobre diretrizes gerais, para outorga de recursos hídricos para grandes usuários de água.	10,450
5	Resolução, para estabelecer: Diretrizes e Procedimentos para usos insignificantes de recursos hídricos.	7,850
Enquadramento		
1	Enquadramento dos corpos de água. Realizar o enquadramento dos corpos de água com propostas desenvolvidas e estimular o enquadramento em demais bacias.	15,900
2	Apoio à implementação do enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água.	11,900
3	Regulamentação do § 4º do artigo 22 do Decreto nº 7.217, de 10 de junho de 2010, que regulamenta a lei de saneamento.	9,950
4	Proposta de moção para os Comitês de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União recomendando o encaminhamento ao CNRH das propostas de enquadramento dos rios da respectiva bacia.	8,050

item	Temas	MÉDIA
Cobrança		
1	Analisar e propor mecanismos para otimizar a aplicação dos recursos da cobrança.	P
2	Estabelecimento de prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água do setor hidroelétrico e acompanhamento da aplicação dos recursos pelo GTAAC.	P
3	Desenvolver ações para o descontingenciamento dos 0,75% dos recursos oriundos do setor hidroelétrico (fonte 134).	P
4	Aprimorar os mecanismos de consulta e de priorização da aplicação dos recursos oriundos do setor hidroelétrico.	17,350
5	Analisar a sustentabilidade econômica e financeira do SINGREH com ênfase no custo de implantação e operação dos instrumentos de gestão (cobrança, enquadramento e outorga) dos Estados/DF e União.	17,000
6	Quantificação de custos de gestão (cadastros, monitoramento, fiscalização).	15,500
7	Financiamento da Gestão de Recursos Hídricos.	10,500
8	Discussão e proposta de criação do Fundo Nacional de Recursos Hídricos.	9,750
9	Utilização dos recursos arrecadados com a cobrança. Acompanhamento de projetos por meio de indicadores – avanço, impactos, consequências da implementação.	8,000
10	Cobrança trinomial do uso da água no Brasil: conceitos e diretrizes.	7,650
Educação Ambiental		
1	Princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a prevenção e aumento da resiliência frente a desastres de origem hídrica no país.	P
2	Elaboração e implementação do Plano de Comunicação Social no SINGREH, e difusão de informações, nos âmbitos nacional e regional.	9,300
3	Processos formativos e continuados, com abordagem integrada de Educação Ambiental e Comunicação Social em Gestão Integrada de Recursos Hídricos - GIRH.	8,650
4	Princípios, fundamentos e diretrizes para a elaboração de planos de comunicação na gestão de recursos hídricos.	8,450
5	Relação entre Política Nacional de Recursos Hídricos e a Política Nacional de Educação Ambiental (proposta de Resolução do CNRH estabelecendo vinculação entre as políticas)	8,250
6	Rede de troca de experiências socioambientais do SINGREH.	7,450
7	Revisão do nome da CTEM – Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos.	5,800
Ciência e Tecnologia		
1	Ampliação das modalidades de Reúso de água e racionalização do uso.	P
2	Desenvolvimento tecnológico que de suporte a previsão de eventos extremos, alerta de cheias e plano de contingência como aperfeiçoamento de rede hidrométrica e sistemas de alerta em tempo real.	15,200
3	Promoção de C, T&I para melhorias técnicas de uso, reúso e reservação de água para irrigação.	14,250
4	Promoção de ações de C, T & I para melhoria tecnologias de monitoração e tratamento de água para eliminação de contaminante e poluentes emergentes (nanotecnologias e outro métodos inovadores).	13,850
5	Incentivo à disponibilização de informações sobre os resultados dos projetos que foram financiados na área de recursos hídricos, bem como estabelecer mecanismos de avaliação dos resultados.	8,600

Item	Temas	MÉDIA
Gestão		
1	Regulamentação dos artigos 7º, 21 e 35 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Barragens, a partir da criação de um grupo de trabalho envolvendo as câmaras técnicas afetas ao assunto.	P
2	Diretrizes para elaboração do plano de emergência e de contingência de barragens e critérios gerais para a classificação das barragens.	P
3	Interface entre a proposta de revisão do Código Florestal e a gestão de recursos hídricos.	17,600
4	Gestão de recursos hídricos nas regiões hidrográficas da Amazônia, do semiárido e do Pantanal. Definir diretrizes e mecanismos para a gestão de recursos hídricos nessas regiões.	16,400
5	Gestão dos Recursos Hídricos em Regiões Metropolitanas.	16,250
6	Acompanhar e conhecer os mecanismos de alocação das águas entre os Estados receptores da Interligação da Bacia do São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.	16,200
7	Mudanças do clima, adaptação e mitigação na área de recursos hídricos: diretrizes.	15,500
8	Melhoria da eficiência no uso da água pela agricultura irrigada no Brasil.	15,500
9	Análise dos projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional que tratam de alterações no Código Florestal e elaboração de documento técnico para subsidio do posicionamento e manifestação do CNRH junto ao Congresso.	14,100
10	PCHs: diretrizes para a gestão de recursos hídricos.	10,900
11	Intercâmbio de experiências em gestão de recursos hídricos transfronteiriços.	10,600
12	Água como direito humano: posicionamento do CNRH.	9,950
13	Necessidades Hídricas Ambientais: conceitos e diretrizes ao SINGREH.	9,250
14	Fomento a formação de capacidades com abordagem multidisciplinar gestão de racional de recursos hídricos na aquicultura.	8,800
15	Revisão das Resoluções 05 , Estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica, e 109 , Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União - UGRH e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia.	8,800
16	Consumo referencial de água: indústrias, irrigação, pecuária atendimento humano.	8,500
17	Diretrizes para o desenvolvimento de capacidades de representantes do SINGREH sobre temas de interface entre Gestão de Zona Costeira e Gestão de Recursos Hídricos.	8,000
18	Incentivo à compatibilização da base de dados ANA/MCT, CNPQ, FINEP.	8,100
19	Revisão da Resolução CNRH nº 55, de 2005, que estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Utilização da água na Mineração – PUA, conforme previsto na Resolução CNRH nº 29, de 11 de dezembro de 2002, para sua efetiva utilização.	7,900
20	Ecorregiões aquáticas: conceitos e diretrizes ao SINGREH.	7,850
21	Instalação do Ministério da Irrigação e do uso sustentável das águas no ambiente rural.	5,500
Águas Subterrâneas		
1	Diretrizes para articulação entre a União e os estados com vistas ao fortalecimento da gestão de águas subterrâneas em aquíferos de abrangência interestadual e transfronteiriça.	16,600
2	Monitoramento quali-quantitativo de Águas Subterrâneas.	15,450
3	Avaliação da gestão do Sistema Aquífero Guarani.	12,500
4	Recarga artificial de aquíferos.	9,300
5	Recarga de Aquíferos Cársticos.	8,400
Administrativos		
1	Fortalecimento Institucional do CNRH conferindo maior compatibilidade entre sua organização, funcionamento, competências legais e o estágio de implementação do SINGREH com a implementação do Estudo de Planejamento Estratégico do CNRH elaborado em 2010.	13,000
2	Melhoria da Governança do CNRH.	11,950
3	Definição em Plenário de uma Agenda Política Estratégica.	11,900
4	Revisão da Composição do CNRH (SINGREH).	10,550
5	Sugestão aos Estados de uma estrutura institucional no órgão coordenador/gestor mínima para a implantação dos instrumentos de gestão e integração com os órgãos federais.	9,750
6	Operacionalidade/Efetividade das CTs do CNRH e discussão sobre a necessidade ou não do número de CTs hoje em atuação levando inclusive em consideração o custo benefício de cada uma delas.	9,500
7	Elaboração de discussão da pauta anual pela CTCOB a partir das demandas do CNRH.	7,350

ANEXO II

Temas encaminhados fora do prazo

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS**PRIORIZAÇÃO - 2011****Tema:**

A água, a Pesca Esportiva e o Turismo

Justificativa: A Lei nº 9433/97 definiu os segmentos usuários de recursos hídricos para compor o CNRH. O segmento dos Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de lazer e turismo tem grande identificação com a preservação ambiental e em especial com a preservação, conservação e recuperação dos recursos hídricos, uma vez que suas atividades, em quase sua totalidade, dependem diretamente da qualidade e da quantidade desse recurso natural. Nesse sentido faz-se necessário dimensionar a real inter-relação desse segmento com as demais políticas públicas com interface nos recursos hídricos, com o objetivo de conjugar e potencializar interesses, agregar valor aos projetos a serem desenvolvidos, mitigar conflitos e outras ações de integração de planejamento e gestão.

Programa do PNRH que o tema se relaciona:**Câmara Técnica afeta:**

Câmara Técnica de Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

Câmara Técnica de Análise de Projetos - CTAP

Identificação**Conselheiro:**

Emerson Martins Costa e Wilson de Azevedo Filho

Segmento: Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer e Turismo

Instituição: Cia Thermas do Rio Quente / RQM

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS**PRIORIZAÇÃO - 2011****Tema:**

Adoção por outras Políticas Públicas da Bacia Hidrográfica como unidade territorial para o planejamento

Justificativa: A Lei nº 9433/97 estabelece em seus fundamentos que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do SINGREH. Todavia, sendo a água um dos principais componentes (insumos) das atividades econômicas, ela está relacionada a diversas outras políticas públicas que se não tiverem a mesma concepção em seu processo de planejamento, prejudicará o avanço dessa política, dificultando o trabalho de articulação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Alguns órgãos já estão adotando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento (PLANSAB). Há, portanto, necessidade de levar essa concepção a todos os órgãos do Governo Federal com interface em Recursos Hídricos, no sentido de se promover uma base geográfica comum para o processo de planejamento como um todo.

Programa do PNRH que o tema se relaciona:**Câmara Técnica afeta:**

Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL e Câmara Técnica de Análise de Projetos - CTAP

Identificação**Conselheiro:**

Emerson Martins Costa e Wilson de Azevedo Filho

Segmento: Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer e Turismo

Instituição: Cia Thermas do Rio Quente / RQM

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS**PRIORIZAÇÃO - 2011**

Tema: Análise da reforma do Código Minerário pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Justificativa: Tramita no Congresso e na Casa Civil o Projeto de Lei que busca a reforma do Código Minerário. Considerando que a concessão de pesquisa e lavra de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa e com fins balneários estão sob a responsabilidade do DNPM/MME, esse projeto deve ser analisado no CNRH no sentido de promover a articulação de sua exploração à gestão de recursos hídricos.

Programa do PNRH que o tema se relaciona:

Câmara Técnica afeta:

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS

Identificação

Conselheiro:

Emerson Martins Costa e Wilson de Azevedo Filho

Segmento: Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer e Turismo

Instituição: Cia Thermas do Rio Quente / RQM

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS**PRIORIZAÇÃO - 2011****Tema:**

Diretrizes para a Aplicação dos recursos da Cobrança (condominal) pelo Uso de Recursos Hídricos.

Justificativa: A política Nacional de Recursos Hídricos foi concebida de forma a promover a gestão dos recursos hídricos, objetivando a melhoria da quantidade e da qualidade das águas. Para tanto, através da aplicação de seus instrumentos, em especial da cobrança, se busca levantar recursos financeiros para se realizar as ações necessárias para alcançar tais objetivos. Todavia os recursos arrecadados por esse instrumento vêm se tornando a principal fonte de investimentos na bacia hidrográfica, que em geral se encontra em um estado avançado de degradação ambiental. Nesse sentido há que se estabelecer diretrizes para direcionar e instruir os comitês e suas agências na aplicação desses recursos, de modo a não se substituir as obrigações do Estado, pelos projetos a serem implementados com os recursos da cobrança.

Programa do PNRH que o tema se relaciona:**Câmara Técnica afeta:**

Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB

Identificação**Conselheiro:**

Emerson Martins Costa e Wilson de Azevedo Filho

Segmento: Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer e Turismo

Instituição: Cia. Thermas do Rio Quente e RQM

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS**PRIORIZAÇÃO - 2011**

Tema: Eficiência da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos.

Justificativa: A Política Nacional de Recursos Hídricos foi implementada com o apoio da sociedade que vislumbrou em seus fundamentos e objetivos, a possibilidade de promover a gestão desse recurso natural de vital importância para todos de forma descentralizada e participativa. Todavia a implementação do instrumento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos vem sendo realizada na contramão do caráter descentralizador da lei, uma vez que o Estado, ao se tornar o condutor desse processo, atrelou a sua estrutura burocrática (e nem poderia ser diferente) a arrecadação e a aplicação desses recursos.

Tal sistemática vem dificultando, onerando e desgastando a Política como um todo, fazendo-a perder sua credibilidade junto à sociedade, em todos os seus segmentos (usuários, sociedade civil e junto ao próprio Governo) uma vez que os resultados esperados não são alcançados de forma ágil, eficiente e eficaz.

Rever conceitos para tornar eficiente tal mecanismo fortalecerá a Política na medida em que seus objetivos forem sendo alcançados.

Programa do PNRH que o tema se relaciona:

Câmara Técnica afeta:

Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB

Identificação

Conselheiro:

Emerson Martins Costa e Wilson de Azevedo Filho

Segmento: Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer e Turismo

Instituição: Cia Thermas do Rio Quente / RQM

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS**PRIORIZAÇÃO - 2011****Tema:**

Institucionalização do Plano Nacional de Recursos Hídricos

Justificativa: O Plano Nacional de Recursos Hídricos foi aprovado pela Resolução nº 58 do CNRH, de 08/03/2006. Essa aprovação não tem por si só, força de obrigar a sua interação com as demais políticas públicas. Para viabilizar o fortalecimento do Plano do Plano Nacional de Recursos Hídricos junto as demais políticas seria necessário que a sua aprovação (de sua revisão) se desse por lei, a exemplo do Plano Nacional de Educação ou o Plano Nacional de Cultura, ou mesmo por Decreto, como o Programa Nacional de Direitos Humanos, ou o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP ou ainda o Plano Nacional de Energia Elétrica.

Programa do PNRH que o tema se relaciona:**Câmara Técnica afeta:**

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

Identificação**Conselheiro:**

Emerson Martins Costa e Wilson de Azevedo Filho

Segmento: Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer e Turismo

Instituição: Cia Thermas do Rio Quente / RQM

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS**PRIORIZAÇÃO - 2011**

Tema: Interfaces das políticas, planos e programas do Ministério do Meio Ambiente com a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Justificativa: O espectro de atuação do MMA é bastante amplo e abrangente, sendo a questão dos recursos hídricos um dos seus grandes eixos de ação. Nesse sentido há a necessidade de se articular a Política de Recursos Hídricos com as demais políticas sob responsabilidade do próprio Ministério, tal como: A Política Nacional de Mudanças Climáticas, as Políticas de Baixo Carbono, Plano de Consumo Sustentável, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Rio + 20, entre outras. Não se pode pretender articular a Política Nacional de Recursos Hídricos com as demais políticas públicas a cargo de outros ministérios, se não estamos fazendo o dever dentro de nossa própria casa.

Programa do PNRH que o tema se relaciona:

Câmara Técnica afeta:

Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL

Identificação

Conselheiro:

Emerson Martins Costa e Wilson de Azevedo Filho

Segmento: Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer e Turismo

Instituição: Cia Thermas do Rio Quente / RQM

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS**PRIORIZAÇÃO - 2011****Tema:**

Discussão da regulamentação da Pesca Amadora no Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Justificativa: O Ministério da Pesca e Aquicultura incorporou, recentemente, as suas atividades a Pesca Amadora (Esportiva) que, apesar de ser um negócio que movimenta milhares de pessoas e milhões em recursos, gerando emprego e renda, não possui uma política para regular e fomentar tais atividades. Nesse sentido, está no início de discussão no MPA a regulamentação dessa atividade, o que deve ser trazida ao CNRH, uma vez que sendo a água o ambiente de seu desenvolvimento o Conselho tem papel preponderante nessa construção.

Programa do PNRH que o tema se relaciona:**Câmara Técnica afeta:**

Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL

Identificação**Conselheiro:**

Emerson Martins Costa e Wilson de Azevedo Filho

Segmento: Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer e Turismo

Instituição: Cia Thermas do Rio Quente / RQM

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS**PRIORIZAÇÃO - 2011****Tema:**

MONÇÃO AO MCT PARA QUE AS REUNIÕES DOS COLEGIADOS E GRUPOS TÉCNICOS TAIS COMO CTHIDRO E DEMAIS CORRELATOS SEJAM PÚBLICAS. BEM COMO A ADOÇÃO DE NORMATIVOS QUE PERMITAM TAMBÉM A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS ORG CIVIS DE RECURSOS HÍDRICOS COMO PARTICIPANTES DESSES COLEGIADOS

Justificativa: Tal proposta tem fundamento em princípios constitucionais de transparência, impessoalidade da gestão pública, bem como nos fundamentos da LEI 9433. Tal situação hoje, privilegia os usuários no âmbito da representação da soc. civil, discriminando as org. civis difusas e socioambientais de recursos hídricos.

Programa do PNRH: PROGRAMA IV

ESTA PROPOSTA SE ADEQUA AO DISPOSTO NO PROGRAMA IV–

“Desenvolvimento tecnológico, capacitação, comunicação e difusão de informações em gestão de recursos hídricos”

Câmara Técnica afeta:

CTCT E CTEM

Identificação

CONS JOAO CLIMACO
LAURA DE JESUS
TEREZA CRISTHINA
EDMILSON PEREIRA
REPs. DAS ORG CIVIS NO CNRH

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS**PRIORIZAÇÃO - 2011**

10 – Tema: *Disponibilização, informação e sinalização dos corpos d'água comprovadamente poluídos e com potencial de risco à saúde, à biodiversidade e às atividades humanas.*

FUNDAMENTAÇÃO :

Esta proposta de resolução ou monção propõe um posicionamento orientativo do CNRH para os demais entes do SINGREH e se encontra em discussão a quase 5 anos no âmbito da CTEM e PROPÕE A EMISSÃO DE resolução ou monção do CNRH COM VISTAS A *Disponibilização, informação e sinalização dos corpos d'água comprovadamente poluídos e com potencial de risco à saúde, à biodiversidade e às atividades humanas.* É de grande importância para as populações ribeirinhas . Sobretudo nesse cenário atual adverso de constante acidentes hidrológicos críticos que tem acometido as populações ribeirinhas do Brasil.

Dito isto, acreditamos que a mesma possibilitará ainda mais o reconhecimento dos CBHs como instância perto da sociedade contribuindo para sua maior legitimidade como instância de política pública de interesse geral. Em síntese a proposta visa os esforços dos entes locais e regionais do sistema para que disponibilize e apoiem a instalação de meios de comunicação através das mais diversas formas sobre a qualidade da água em locais específicos de um corpo d'água com risco tecnicamente avaliado e próximo a ambientes e aglomerados humanos, definindo papeis e diretrizes para tal.

A representação das org. Civis entende que as s instâncias do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, no âmbito de suas atribuições, por iniciativa própria ou por demanda de cidadãos e/ou demais entidades representativas da população da bacia em que se encontra o corpo d' água, poderão adotar providências e regulamentações para o cumprimento dessa proposta.

Programa do PNRH que o tema se relaciona:

Programa IV – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO CAPACITAÇÃO COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES EM GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS.

Câmara Técnica afeta:

CTEM - Câmara Técnica de EDUCAÇÃO MOBILIZAÇÃO

Identificação**Conselheiro:**

JOAO CLIMACO FILHO,

THEREZA CRITHINA DA SILVA P CASTRO,

LAURA JESUS, EDMILSON PINHEIRO

Segmento: Org CIVIS DE RECURSOS HÍDRICOS.

Instituição: FORUM NACIONAL DA SOC CIVIL NOS CBHs.

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS**PRIORIZAÇÃO - 2011****10 – Tema: ALTERAÇÃO DA RES 10 QUE CRIA A CTGRHT**

Justificativa: As mudanças conjunturais no que diz respeito ao valor da água nas suas mais diferentes visões e conceitos no mundo e na América Latina, além da intensidade de sua valoração econômica, tem colocado as instâncias de gestão frente a desafios e abordagens muito além apenas do gerenciamento das águas transfronteiriças. Nesse contexto, é recorrente posicionamento diversos dos ENTES do ESTADO BRASILEIRO nos mais diversos fóruns e processos políticos relacionados a questão da água no mundo.

A proposta da Rep das org civis de Recursos Hídricos é no sentido de que, O CNRH como Conselho de Estado seja protagonista dessa discussão e subsidiador de posicionamentos no sentido do cumprimento de sua missão legal também nessa área.

Aproveitando a experiência acumulada pela CTGRHT a rep das org civis e movimentos sociais no CNRH propõe mudanças na resolução que criou e define a missão da CTGRHT NO ÂMBITO DO CNRH para que a mesma seja alterada possibilitando o apoio e subsídios aos entes do estado brasileiro e crie agendas consistentes de discussão e proposições nessa área sem prejuízo das competências dos demais membros envolvidos com a questão da água como bem estratégico em nível internacional. A CTGRHT passaria então a ser uma CT focada também na discussão sobre a questão das relações internacionais do Brasil não somente em relação as águas transfronteiriças mas sim de maneira mais ampla.

Isso evitaria inclusive problemas e interpretações não compreendidas em relação ao estado brasileiro no âmbito do estado brasileiro e movimentos sociais interessados..

Programa do PNRH que o tema se relaciona:

Programa II – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA GIRH NO BRASIL

Câmara Técnica afeta: Câmara Técnica de Águas Subterrâneas e cobrança

Identificação

Conselheiro: JOAO CLIMACO FILHO,
THEREZA CRISTHINA DA SILVA P CASTRO,
LAURA JESUS, EDMILSON PINHEIRO

Segmento: Org CIVIS DE RECURSOS HÍDRICOS.

Instituição: FÓRUM NACIONAL DA SOC CIVIL NOS CBHs.

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS

PRIORIZAÇÃO – 2011

Tema: PROJETOS INTERÁGUAS**Justificativa:**

Na perspectiva da representação das org. Civis O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS Organização e Apoio ao SINGREH Brasil, sobretudo no que diz respeito a Organização e a regulamentação e convergência do Marco Legal Institucional, deve ser um pressuposto a ser pelo SETOR PÚBLICO de maneira generalizada e democrática. Nesse sentido a prevalência de conduta que fortaleça esses enunciados deve ser uma constante

por parte do setor público. Além de ser o preceito constitucional atinente ao regime democrático é uma exigência para a própria razão de ser da POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.

Ao que se sabe, segundo informações disponibilizada na INTERNET, o PROGRAMA INTERÁGUAS é um programa que objetiva ações relacionadas a intervenções relacionadas a tomada de decisões sobre usos dos corpos d'água, de impacto social, e a origem dos recursos é empréstimo internacional a ser aplicado pelos ministérios envolvidos com a gestão dos recursos hídricos.

Para as organizações de Recursos Hídricos atuantes nos colegiados prevalecem dúvidas quanto a adoção nesse programa, de mecanismos compatíveis com o amadurecimento institucional do SINGREH a partir da necessidade de mais esclarecimento por parte dos MINISTÉRIOS envolvidos no PROGRAMA INTERÁGUAS, principalmente no que diz respeito a prioridades definidas, formas de seu alcance, e mecanismos de decisão e controle que protagonize os COMITÊS DE BACIAS E CONSELHOS, bem como a interface com a aplicação dos instrumentos de gestão.

Por parte do segmento poder público, sentimos a ausência de informações que atendam a essas expectativas notadamente pelo fato de que a SRHAU não tem atendido solicitação dessa representação nesse sentido além da necessidade de se criar normativos que possibilitem mais transparência nos investimentos em GIRH com recursos decorrentes de operações financeiras com organizações bilaterais.

Ao nosso ver, os dispositivos e normativos disponíveis na POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS submete-nos a outra visão do poder discricionário do ESTADO quando relacionado quando envolver tomada de decisão sobre as águas, soberania, transparência, e impessoalidade.

A oportunidade do PROGRAMA INTERÁGUAS idealizado e implementado pelo segmento GOVERNO no âmbito da gestão das águas sendo discutido no CNRH pode possibilitar amplas possibilidades de aperfeiçoamento institucional com a criação de resoluções ou monções com recomendações para melhor adequação desse tipo de operação com os princípios e fundamentos da Lei 9433/97.

Câmara Técnica afeta:

CTIL, CTCOB

Identificação

Conselheiro: JOAO CLIMACO FILHO,
THEREZA CRITHINA DA SILVA P CASTRO,
LAURA JESUS, EDMILSON PINHEIRO

Segmento: OR CIVIS DE RECURSOS HÍDRICOS.

Instituição: FORUM NACIONAL DA SOC CIVIL NOS CBHs.

**FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS
PRIORIZAÇÃO - 2011**

10 – Tema: MAIOR REPRESENTATIVIDADE DA ATUAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DOS CERH NAS CÂMARAS TÉCNICAS DO CENRH.

Justificativa:

A integração entre as agendas do CNRH E CERH carece de maior convergência e densidade para resultados positivos da POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS e por consequência sua legitimidade social e política em todos os níveis. .

A rep das org civis no CNRH tem detectado e sendo alertada que nem sempre os posicionamentos dos membros indicados ou representando desses CERH nas Câmaras técnicas tem tido ressonância no próprio CERH, ou até mesmo, representa um posicionamento discutido, convergente ou identificado com os interesses dos vários segmentos atuantes nesses Conselhos estaduais.

Faz-se necessário prover-se essa representação de mecanismos que garantam a representatividade de suas propostas e o enriquecimento das propostas e da própria agenda dos mesmos.

Propõe-se que o CNRH elabore normativo a ser encaminhado as plenárias dos CERH com sugestões e diretrizes para que os temas discutidos no CNRH e vice versa , bem como o processo de indicação dos membros indicados por esses para atuar nas Cts seja internalizados dentro dos mesmos.

Programa do PNRH que o tema se relaciona:

II – desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil.

Câmara, a Técnica afeta:

CTIL.

Identificação

**Conselheiro: JOAO CLIMACO FILHO,
THEREZA CRITHINA DA SILVA P CASTRO,
LAURA JESUS, EDMILSON PINHEIRO**

Segmento: Org CIVIS DE RECURSOS HÍDRICOS.

Instituição: FORUM NACIONAL DA SOC CIVIL NOS CBHs.

**FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE TEMAS
PRIORIZAÇÃO – 2011**

Tema: INDICADORES DE EFICIENCIA E EFICÁCIA DOS COMITES DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E DEMAIS INSTANCIAS DE GERENCIAMENTO DOS RECUTRSOS HÍDRICOS.

Justificativa:

Justifica-se a contribuição do CNRH dentro de seu papel legal fundado na lei 9433 em seus artigo 29 , 30 , 31, 32 e 37 e demais normativos no sentido de garantir a afirmação política e técnica desses entes de gestão da política pública das águas a partir de indicadores que levem em conta o posicionamento dos diversos atores do SNGRH pautados em referenciais técnicos e POLITICOS s definidos e sugeridos através de uma resolução ou monção de modo que qualquer cidadão ou órgão do SNGRH tenha disponível ferramentas mais amigável para tomada de decisões concernentes a POLITICA DAS ÁGUAS NA SUA BACIA. Tal proposta também leva em conta a sistematização e operacionalização Das ferramentas técnicas disponível de avaliação tais como SIGEOR E SISTEMA DE INFORMAÇÕES que serão tecnicamente direcionados para o objetivo dessa presente proposta.

Programa do PNRH :

PROGRAMA II

ESTA PROPOSTA SE ADEQUA AO DISPOSTO NO PROGRAMA II – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL – GIRH contante no PLANO NACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS.

Câmara Técnica afeta:

CTPLANO E CTIL

Identificação

CONSELHEIROS:

THEREZA CRISTHINA

JOAO CLIMACO

LAURA JESUS

EDMILSON PINHEIRO -

REP DAS ORG CIVIS NO CNRH